

Câmara começará a discutir fim da escala de trabalho 6X1

Hugo Motta cria grupo de trabalho para discutir as mudanças

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), encaminhou, nesta segunda-feira (9) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da jornada de trabalho na escala 6X1 (na qual o empregado trabalha seis dias da semana e descansa somente um) para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Uma vez discutido e aprovado na CCJ, principal comissão da Câmara, o texto seguirá para análise em uma Comissão Especial que será criada para debater o assunto de maneira mais ampla.

De acordo com Motta, ele apensou a PEC 8/2025, de autoria da deputada federal Erika Hilton (Psol-SP), com a PEC 221/2019, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que tem o mesmo tema. Ambos os textos propõem alterar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ao reduzir a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 36 horas semanais, ou seja, um modelo que propõem quatro dias de trabalho e três dias de descanso. Contudo, vale destacar que os projetos prevêem inicialmente uma transição em até dez anos para a redução plena da jornada de trabalho, então a mudança não seria imediata.



Tendência é que a mudança na escala de trabalho seja aprovada

“Vamos ouvir todos os setores com equilíbrio e responsabilidade para entregar a melhor lei para os brasileiros. O mundo avançou, principalmente na área tecnológica, e o Brasil não pode ficar para trás”, manifestou Motta por meio de suas redes sociais.

Com a chegada do projeto na CCJ da Câmara, o novo presidente da comissão, deputado Leur Lomato Júnior (União Brasil-BA), decidirá quando o tema será pautado e devidamente dis-

cutido. O nome de Leur Lomato na presidência da comissão foi confirmado nesta segunda-feira pelo líder do União Brasil na Câmara dos Deputados, Pedro Lucas Fernandes (MA). No mesmo dia, por meio de suas redes sociais, Fernandes destacou o interesse do partido em aprovar a medida.

“Nosso compromisso é garantir uma discussão séria, responsável e sem preconceitos. Falar sobre jornada de trabalho é falar de produtividade, saúde do tra-

balhador e modernização das relações de trabalho. O Parlamento não pode fugir de temas que impactam milhões de brasileiros”, afirmou Pedro Lucas.

Avanço

Assim como a isenção do pagamento do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, o fim da jornada de trabalho em escala 6X1 é um tema popular que tem sido pauta do governo federal, já visando a campanha à reeleição do presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em outubro deste ano. As principais discussões se referem à compensação, tanto financeira, quanto em locais que exigem maior rotatividade (como lojas, farmácias, hospitais, etc). Alguns críticos à medida argumentam que o ideal seria estabilizar a jornada de trabalho para permanecer em 5 dias trabalhados para dois dias de descanso.

Ao Correio da Manhã, o professor de direito penal do Ibmeq Brasília Tédney Moreira avalia que o texto deve ser aprovado na Casa. Para a reportagem, o professor destacou que, desde que foi apresentado em 2025, a proposta da PEC contra a escala 6X1 mobilizou a sociedade “a ponto de superar o partidarismo de início, tendo em vista a sua origem junto à esquerda”.

“Após um ano de intensas críticas ao Poder Legislativo (notoriamente à Câmara dos Deputados) e considerando ser este um ano eleitoral, é provável que a pauta seja utilizada para minimizar a imagem negativa do Congresso Nacional veiculada nas redes sociais, além de abrandar críticas futuras a eventuais pautas mais conservadoras (como a constitucionalização do marco temporal ou redução da maioria penal)”, afirmou Moreira.

Senado pressiona por caso Master

Por Beatriz Matos

A ofensiva institucional do Senado para acessar informações protegidas sobre a liquidação do Banco Master ganha força nesta semana, com reuniões estratégicas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com a Polícia Federal (PF) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

A movimentação ocorre em meio à ampliação das apurações sobre o grupo financeiro e evidencia a pressão política para esclarecer suspeitas de fraudes, falhas de supervisão e eventuais responsabilidades no sistema financeiro.

Na quarta-feira (11), o presidente da CAE, senador Renan Calheiros (MDB-AL), se reúne às 17h com o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, na sede da corporação, para solicitar o compartilhamento de informações e inquéritos já instaurados sobre o caso. Em seguida, às 18h30, Renan participa de

um encontro institucional com o ministro Edson Fachin, com a presença da subcomissão criada no âmbito da CAE.

Na semana passada, parte dos senadores da comissão se reuniu com o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, e requisitou a íntegra da documentação relacionada ao Banco Master, inclusive materiais protegidos por sigilo.

Embora Galípolo tenha se mostrado receptivo ao diálogo, participantes do encontro relataram que o compartilhamento das informações depende de autorização do ministro Dias Toffoli, relator do caso no Supremo, que determinou forte restrição de acesso aos autos. A expectativa da CAE é que os contatos institucionais com o STF ajudem a destravar esse impasse.

Antes mesmo do encontro com o Banco Central, Renan Calheiros elevou o tom e cobrou esclarecimentos. O senador afirmou que o BC “precisa ajudar” o

Senado a destrinchar o esquema envolvendo o Master, e lembrou que a comissão dispõe de instrumentos para aprofundar a fiscalização, inclusive a possibilidade de solicitar ao plenário a quebra de sigilo de dados protegidos.

Renan também anunciou a intenção de encaminhar questionamentos formais ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre uma reunião fora da agenda oficial com Daniel Vercaro, controlador do Banco Master.

CVM

Enquanto o Senado atua para ampliar o acesso a informações sensíveis, os órgãos reguladores avançam em uma frente paralela de apuração. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deu início nesta semana a uma análise técnica estruturada sobre o Grupo Master, a gestora REAG e outras entidades conexas.

A investigação foi autorizada pelo Comitê de Gestão de Riscos da autarquia.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Renan quer acesso a documentos sigilosos sobre o Master